

PR - mandato ANC P 5
1861 NNC 6-21

Egydio não acredita no próprio relatório

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, deputado Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), admite que sua proposta de quatro anos de mandato para o presidente Sarney poderá ser alterado no plenário da Constituinte, e acha que mais importante é o estabelecimento de um regime político que assegure a estabilidade das instituições, que, em seu entender, é o parlamentarismo. Se prevalecer o presidencialismo, Egydio acha que mais de quatro anos de mandato corresponde a certeza de crises e convulsões sociais. Ele não comenta a possibilidade de aprovação de seu relatório, ressaltando que o plenário será soberano e "felizmente ninguém da cúpula partidária pediu para modificar a proposta de quatro anos de mandato para Sarney". Em sua opinião, será aprovado o regime parlamentarista com, cinco anos de mandato.

Para Egydio, o grupo centro democrático não é maioria, mas a verdade é que, segundo cálculos, até do senador José Fogaça, a tendência em favor dos cinco anos é majoritária também na comissão temática. Para o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) mais de 35 parlamentares são favoráveis aos cinco anos pa-

Para Moreira, importante é o PMDB unido

RIO
AGÊNCIA ESTADO

As principais lideranças políticas do Rio estão contra o parecer do deputado Egídio Ferreira Lima, que propõe mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. O governador Moreira Franco disse, até, que a duração do mandato não é mais importante diante da crise que o País vive. Ele defende a tese de que o PMDB deve adotar o que for melhor para manter a unidade do partido.

"A união partidária do PMDB é mais importante para o Brasil do que o tempo de Sarney no poder", afirmou.

Já para o ex-deputado Doutel de Andrade, o segundo na hierarquia do PDT, "o ideal seria a eleição imediata como a saída para enfrentar a mediocridade e corrupção do atual governo. Mas achamos que um mandato de quatro anos, com eleição no ano que vem, seria uma saída aceitável". Segundo ele, "o povo está maduro para votar e, sem jactância, posso dizer que, se a eleição fosse agora, ganharíamos de qualquer jeito, obtendo a maioria absoluta sem necessidade de um segundo turno". O PDT, frisou Doutel, está certo de que Brizola ganha com facilidade qualquer eleição direta no País.

O ex-ministro da Justiça, Armando Falcão, filiado ao PFL, acredita que Sarney tem direito a seis anos, como está escrito na Constituição em vigor, a mesma que legitimou as eleições passadas.

O ministro da Cultura, Celso Furtado, por sua vez, afirmou que um mandato de quatro anos é pequeno e que um de seis é autoritário, "resultado de uma Constituição autoritária". Para ele, o presidente Sarney deve permanecer no cargo durante cinco anos, tempo que considera ideal para que seja cumprido todo o plano de governo.

ra Sarney, e a negociação deverá ocorrer em torno do regime de governo, ou seja, o grupo fiel ao governo aceitará o parlamentarismo desde que seja de cinco anos o mandato de todos os presidentes. Egydio defende sua proposta afirmando que o regime político não pode ser misto de forma a descaracterizá-lo, e nisso concorda com ele o presidente da comissão, deputado Oscar Correia (PFL-MG).

O projeto do relator, que receberá emendas até hoje, estabelece cinco anos de mandato para o presidente da República, sem reeleição, cabendo-lhe a chefia do Estado e o comando das Forças Armadas, a competência para nomear e exonerar o primeiro-ministro e ministros de Estado. O primeiro-ministro será indicado após consulta aos partidos majoritários e, se vetado duas vezes pela Câmara, a esta caberá a indicação da terceira alternativa.

A Câmara dos deputados poderá votar moção de desconfiança a todos os ministros, incluindo os militares. Ao contrário do previsto anteriormente no relatório da subcomissão. O presidente da República não poderá dissolver a Câmara nos últimos seis meses de seu mandato, e no caso de dissolução serão realizadas eleições no prazo de 60 dias. O projeto cria o conselho da República como órgão superior de consulta do presidente.

Cuidado com a crise, um recado do líder

A aprovação do relatório de Egídio Ferreira Lima "será um fator de crise". A avaliação é do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, que participou de uma reunião, domingo, na residência oficial de Ulysses Guimarães, com Mário Covas, Ferreira Lima e outros líderes do PMDB. Sant'Anna contestou a maioria dos dispositivos incluídos no parecer do relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

A proposta de um parlamentarismo puro, segundo o líder do governo, dificilmente deixaria de provocar reações, já que o presidente, depois de eleito por maioria absoluta (mais de 30 milhões de votos), em eleições diretas, teria de abrir mão de seu poder para o primeiro-ministro, eleito pelo Congresso Nacional. "Seria crise na certa", previu Carlos Sant'Anna. Sobre o mandato presidencial, ele também fez críticas. A indicação de quatro anos para Sarney "contraria até mesmo o acordo do PMDB e do PFL com o presidente da República, da isonomia dos mandatos".

"O mandato do atual presidente deve ter a mesma duração do que vier a ser aprovado na nova Constituição, como norma permanente", destacou Carlos Sant'Anna, que também reagiu à proposta de voto de censura parlamentar a cada ministro. O líder do governo defende a censura coletiva ao primeiro-ministro, alcançando todo o Gabinete. Para que isso acontecesse na prática, um grupo poderia negociar, apolando a censura a um ministro, desde que conseguisse, em troca, apoio para censurar outro ministro. O senador Mário Covas concordou com o raciocínio de Carlos Sant'Anna.